



Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. ISSN: 2446-6778
Nº 1, volume 2, artigo nº 05, Janeiro/Junho 2016
D.O.I: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v2n1a5>

FAMÍLIAS: RELAÇÕES DE PODER E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA.

João Paulo Ribeiro Bernardes¹
Universidade Federal Fluminense

Ana Claudia Fontes da Silva²
Faculdade Redentor

Resumo: Este trabalho analisa a formação da família e as diversas relações de seus atores com o objetivo de garantir sua sobrevivência. Para tanto usaremos como metodologia revisão bibliográfica baseada em diversos autores como Oliveira Vianna, Vitor Nunes Leal, Marshall Sahlins, Linda Lewin, Norbert Elias, Gizlene Neder, Gilberto Freire, Francisco Falcon, dentre outros. Durante toda a história, os homens buscam estratégias de sobrevivência e a família não é exceção. Para tanto o *pater familias* passa a ser uma ferramenta de troca dentro do valioso jogo de poder.

Palavras-chave: História, Família, poder pátrio.

Abstract: This work analyzes the family formation and the various relationships of the actors in order to ensure their survival. For this we will use as a literature review methodology based on several authors such as Oliveira Vianna, Victor Nunes Leal, Marshall Sahlins, Linda Lewin, Norbert Elias, Gizlene Neder, Gilberto Freire, Francisco Falcon, among others. Throughout history, men seek survival strategies and the family is not exception. For both the *pater familias* becomes a tool change within the valuable power play.

Keywords: History, Family, parental power.

1- Introdução

O presente trabalho visa analisar ao longo da história as diversas relações de sobrevivência dos membros que a compunham. Neste sentido, em nossa análise,

¹ Universidade Federal Fluminense, Niterói, jpclaudinha@gmail.com

² Faculdade Redentor, Itaperuna, teiafontes@gmail.com

procuramos realizar uma pesquisa numa abordagem reflexiva, crítica e propositiva que auxilie uma melhor compreensão da estrutura complexa da realidade e dos problemas a elas relacionados.

Durante a primeira década do século XX se observa questões singulares a respeito da esfera social e política, uma mudança única na realidade político-social brasileiro. Mudança tal que acaba refletindo sobre o conteúdo cotidiano dos modelos de desenvolvimento da população local no que cerne ao planejamento econômico e dos costumes dos indivíduos.

O que se pretende é verificar o processo de formação e adaptação do *pater familias*, desde a sua formação na Europa medieval até o início do século XIX para uma grande compreensão do que seria o poder pátrio e a sua atuação no palco político brasileiro.

A família é um fruto de um conjunto de fatores endógenos e exógenos ao social a exemplo, a economia. O que é de suma importância para esta abordagem sócio histórico é a ideia de representacionismo de Chartier (CHARTIER, 1995) no qual constrói uma visão de sociedade constituída de símbolos, um *Homo Symbolycus* onde a "natureza humana consistiria na primazia, entre os humanos, da ação simbólica" (CARDOSO, 2007).

A interpretação de família está fundamentada em alguns eixos temáticos no qual há o argumento que a pluralidade das famílias na Europa é proveniente de temas como casamento como instância de variação populacional. Consequentemente influenciam os modelos familiares ao estruturar um processo de nuclearização; família como instância de poder e reprodução social; e as famílias como setor essencial de mão de obra na transição e formação do capitalismo. (BURGUIÈRE, s.d.).

O que não se pode deixar de esquecer é sobre a relação família e poder. Este foco de debate será de suma importância para a compreensão do que está por vir. E para melhorar a compreensão apegaremos aos conceitos de Oliveira Vianna (OLIVEIRA VIANNA, Cap. IX, X e XI) no qual discute a sociedade brasileira na década de 30.

Para Oliveira Vianna, a sociedade é constituída de poderes dispersos em clãs baseados em laços sociais e para melhor entendê-lo foi classificado em três categorias:

I- Clã Feudal: Seria uma organização social onde funcionava um domínio tendo uma estrutura hierarquizada onde no vértice se encontra o senhor do feudo, depois vem o administrador e por último vem a população subordinada ao senhor feudal;

II- Clã Parental: Está organizado obedecendo a determinações do *pater-familias* representado pelo "rico-homem", fidalgo ou cavalheiro; compreendia um campo de parentesco adotivo extenso onde muitos indivíduos encontravam-se vinculados ao *pater* que desde os seus primeiros passos eram auxiliados por ele (o chefe); seja por um parentesco sanguíneo ou como "homens de sua criação" (agregados). É o famoso patriarcalismo

paternalista, ou seja, abrangia um grupo que vivia dentro da “fazenda” que seria a residência do patriarca.

Dentro do contexto doméstico ela abrangia como a antiga família portuguesa, os “criados do senhor” (agregados) nas premissas do antigo direito feudal; e

III- Clã Eleitoral: É uma organização social que tem a sua emergência com a Proclamação de Independência. A estrutura e a função do clã eleitoral permaneciam a mesma que a do clã feudal e parental, mas deve-se acrescentar o fato de extrapolarem o limite de ação que anteriormente era o domínio. Existe uma potencialização de exercício de poder da classe dominante dos clãs feudais no sentido de que penetravam cada vez mais dentro da estrutura do Estado e usando-a para a defesa de seus interesses com enfoque cada vez mais amplo.

2- A Eclosão da formação política da família

Já após 1720, o aumento populacional vivido pelos países europeus é em grande parte assentada na diminuição da idade média do casamento e o decréscimo do celibato definitivo, além do forte incentivo do Estado a uma nova organização familiar. A pesquisa histórica vem desempenhando um papel fundamental, pois tenta aliar não somente a teoria sociológica em sua análise, mas também a empiria documental.

Com as pesquisas empreendidas no campo da história vem se desmistificando a argumentação de cunho evolucionista que a família nuclear moderna seria proveniente da família alargada tradicional. Os modelos familiares têm variado no tempo\espaço e muitas vezes convivendo juntos, como, por exemplo, o modelo nuclear é presente na Europa Central e Meridional desde a Idade Média e pouco disseminada no leste europeu, já na França os modelos aparecem misturados.

As transformações do século XVI como a expansão ultramarina e proeminência da burguesia mercantil fez articular as exigências de uma nova sociedade em formação e as pré-condições da família nuclear. Com a crescente afirmação da burguesia mercantil se mostra um processo de proeminência das cidades em relação às áreas rurais, a penetração de novos arranjos ou relações sociais provenientes as novas exigências temporais que fariam uma promoção da família nuclear moderna em relação a família tradicional.

“... surge a família nuclear, quer como uma estrutura flexível que se adaptava facilmente às novas relações de dominação quer como elo de uma rede de resistência e de protecção (conforme o modo que se articulava com a sociedade local.)” (BURGUIÈRE, p. 25)

As estruturas familiares existem como um conjunto de representações e princípios de organização social atuando para reproduzir um fenômeno de exercício de poder. Assim o que é designado à família abarca diversas formas de coesão e relação social como: parentesco, linguagem, nação, classe social etc. Logo o poder de uma determinada família

não se refere apenas à fertilidade conjugal, mas sua capacidade de reunir a seu alcance devido sua competência estratégica um grande número de pessoas dependentes para serem usadas conforme a necessidade do grupo familiar.

Por um lado, temos as famílias “nobres” ou famílias que desempenham alguma forma de exercício de poder privilegiado, principalmente o poder econômico e, em segundo plano, a tradição. As estruturas familiares visavam atuar como estratégia de reprodução no status que ocupavam na sociedade e de expansão do exercício do poder numa evolução multissecular. Como o exemplo da maior parte das famílias da aristocracia que assinalaram pela vitória da linha agnática com a perpetuação dessa estrutura até a modalidade de herança ficar assegurada ao descendente mais velho assim como a chefia familiar. Nesse elemento traz referência de todas as obrigações familiares e das exigências de solidariedade, nunca consistia em cada um dos parentes, sendo sempre remetida ao fundador masculino a importância dele para a expansão do poder patrimonial e o reforço da tese da tendência exogâmica da classe senhorial que se alimentava da estrutura agrária para a chefia, a exemplo das casas reais na Europa.

Já as classes sociais menos abastadas, a exemplo do campesinato, na maioria das vezes estão em uma relação de dependência a uma família “mais poderosa”, ou seja, os camponeses sofreram um processo de enquadramento para servirem de mão de obra. O prosseguimento em certa medida da organização familiar proveniente da Idade Média, guardando as ressalvas no tempo/espaço europeu, seria o movimento de reorganização da classe servil para sustentar ou reagir ao domínio coercitivo da classe senhorial, para o cumprimento da renda. Outro movimento que pode ser localizado é a migração por parte dessas famílias para os centros urbanos, com novas exigências com a dinamização comercial vivida na Europa dos Tempos Modernos, vide o caso inglês.

A ideias de Shorter aplica o conceito de modernização para caracterizar as mudanças na estrutura familiar no momento onde a sociedade se torna industrial e é o que em alguma medida Lawrence Stone faz ao caracterizar as três etapas que passaram as famílias inglesas desde o XVI: família unilinear aberta, patriarcal e nuclear fechada (BURGUIERE, 2007. p. 27). O que chama atenção nessas teses mencionadas por Burguière se remete a questão da estruturação familiar a fim de satisfazer o assentamento de mudanças na economia que se torna cada vez mais capitalista.

Nas relações de dominação a família como uma organização de reprodução no poder fala não somente do poder em si, mas sobre a questão da mão de obra e a preocupação das famílias no enquadramento das classes sociais economicamente mais frágeis. A necessidade sempre que constante na tentativa da manutenção de um exercício de poder econômico recorre muitas vezes em novas práticas de coerção para a obtenção de mão de obra.

O autor P. Laslett (LASLETT) constrói a expressão *life-cycle servant* que significa

uma prática adotada por muitas famílias que não tinham como manter o sustento dos seus filhos, estes eram colocados em alguma casa para aprender um ofício. Essa casa muitas vezes de famílias com um poder aquisitivo maior. Formava-se assim uma relação econômico-social complementar, ou seja, um lado precisava adquirir mão de obra e concomitantemente o outro precisava se “livrar” de uma despesa. O que significa essa prática para nós é a constante necessidade de indivíduos querendo o sustento e outro de empregados. Acontece o seguinte processo como Burguière comenta:

Em todos os casos, levava o grupo doméstico a abrir-se largamente à sociedade envolvente, a extroverter-se em vez de se concentrar na <<rede>> familiar. (...) Favorecia os laços sociais, difusos, sempre renováveis e ampliáveis, à custa dos laços de sangue, estabelecidos em definitivo. (Idem. p. 27)

Quando se fala que o grupo doméstico se abria à sociedade envolvente, podemos articular com o caso peculiar inglês. Quando Karl Marx fala no capítulo XXIV do Capital (1980) sobre a penetração de relações capitalistas nas áreas rurais inglesas que foram fundamentais para a formação do seu capitalismo, em certa medida articula essa fala de “sociedade envolvente” com o fato dos centros urbanos necessitarem de mão de obra na produção de manufaturas e privarem o campesinato de terra, assim fazendo-os migrar para as cidades.

3- As Instituições

No que se refere as relações de forças entre as instituições com a família somos remetidos a pensar a partir do século XII quando se elabora o direito canônico. Este direito feito pela Igreja Católica onde se têm a concepção de um sacramento do casamento baseado no consentimento mútuo dos esposos, bem como as mudanças no processo histórico das sociedades e as transformações que temos na transição da Idade Medieval para os Tempos Modernos com emergência dos Estados Modernos, Reformas e Renascimento. Para nos posicionarmos melhor no qual tipo de família trabalharemos, deixaremos claro que é abordado o modo tradicional de família e o tempo histórico vai do século XII ao século XVII. Os tópicos são demasiados interessantes indo da ótica da luta entre o Estado e a Igreja Católica, futuramente entra em cena as Igrejas Católicas e Protestantes e ao conceito de Pais e Filhos.

Primeiramente vamos nos ater a questão da emergência dos Estados Modernos. A ascensão de uma “nova” instância de poder como não poderia ser diferente reorganiza os espaços de disputas. Mesmo os antecedentes medievais por mais que continuassem a estar presentes na sociedade moderna como a estratificação social traz uma mudança de modo que o poder temporal estava muito fragmentado no medievo, coisa que já encontramos na

sociedade moderna com uma significativa centralização de poder empreendida pelas famílias nobres. Olhando para as estruturas familiares como uma organização de reprodução social de poder que conseqüentemente normatiza a sociedade é privilegiar uma explicação que o efeito de novas ideias de organização da relação dominadores/dominados influencie em uma reavaliação do casamento.

Já a análise sobre a luta de poder entre a Igreja Católica e as Reformadas começa pela virgindade. Para os protestantes o casamento, assim conseqüentemente a procriação, é um ato de lei divina sendo levado como algo sagrado e não como um pecado. Já para a Igreja Católica esta concepção é fundamentada no Código de Graciano³ e no Concílio de Latrão⁴ em que se conceitua o sexual como um pecado já deste o século XII com o intuito de organizar uma sociedade regrada ao modelo de virgindade de Cristo e sua mãe. As ferramentas utilizadas eram diversos catecismos baseados no pessimismo sexual agostiniano a fim de legitimar e educar a população. Esta posição ao celibato foi acompanhada pela castidade. Quem já provou o pecado da carne deverá abster-se da carne e como fonte primária podemos verificar os relatos hagiográficos no qual apresentavam a vida de santos e santas defendendo a virgindade ou se abstendo do pecado da carne. Já a relação do casamento e a pirâmide estamental medieval verificar-se que os camponeses não eram o foco de preocupação da Igreja devido a grande distância entre os indivíduos dificultando a propagação da moral cristã beneficiando várias práticas ditas pagãs. Entretanto não vemos isso em relação aos aristocratas, Hilário Franco Júnior explica este fenômeno da seguinte forma:

Os aristocratas, interessados em casamentos que garantissem bons dotes e grande prole para dar continuidade à linhagem e herdar o patrimônio fundiário da família resistiram por muito tempo ao modelo de união sexual que a Igreja determinava. Mesmo os clérigos, (...) não aderiram com grande gosto ao celibato obrigatório imposto pela Reforma Gregoriana. (JUNIOR, 127. 2006.)

O que Junior quer definir nesta passagem é que a Igreja teve maiores dificuldades em organizar o sacramento do casamento quando o assunto envolveu patrimônio. Primeiramente temos a relação de unidade cosmológica da medievalidade; ou seja, uma concepção de linhagem régia em que todos os filhos devem possuir seu reino; ligando uma relação monogâmica, excluindo qualquer relação homossexual e promovendo uma propagação de um modelo de família baseada na Sagrada Família. Posteriormente formalizando o casamento como uma Lei (baseado na herança Galicano-Romano da

³ Criado pelo monge Graciano, o Código Graciano, também conhecido como o Direito Canônico, foi uma coletânea de todos os códigos legais existentes até então sendo de extrema importância para a uniformização de toda a doutrinação cristã durante a Idade Média.

⁴ Convocado em 1122 pelo Papa Calisto II, o Concílio possuía vários objetivos, mas principalmente acabar com a prática de conferir [benefícios](#) para pessoas leigas, eliminar a influência secular nas eleições de bispos e [abades](#), separar claramente os assuntos espirituais dos temporais, restabelecer o princípio de que a autoridade sobre os assuntos espirituais reside unicamente na Igreja e, finalmente, abolir completamente a influência dos [imperadores](#) nas eleições papais.

Reforma Gregoriana) em que a partir daí inicia o conflito pelo domínio do *pater familias*. Então percebemos que a construção da pirâmide estamental da época medieval (Primeiro Estado constituído pelos *oratores*, Segundo Estado constituído pelos *bellatores* e Terceiro Estado constituído pelos *laboratores*) foi elaborada paralelamente com conceitos de heterossexualidade, monogamia, castidade e o celibato.

A época dos debates ora aqui analisados são bem interessantes, pois se realiza uma disputa de domínio entre o Estado (Antigo Regime), a Igreja Católica e as Reformadas. O que queremos dizer neste ponto é que tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Protestante utilizavam os manuscritos bíblicos para se legitimar. O divórcio também foi abordado pelos protestantes por defenderem que é válido; compreende-se que neste caso deve ser visto como um direito essencialmente masculino, no caso das mulheres o divórcio foi mais utilizado no *desertio maliciosa* (um abandono por parte de um cônjuge).

Também notamos as relações de força entre a Igreja, os pais e os filhos na constituição da Família. O que aqui analisaremos diferentemente do já explicitado tem relação com o *pater familias*. Os pais dos noivos defendiam o direito de escolherem com quem os filhos deviam se casar, sobretudo dos primogênitos no qual recebiam maior parte da herança e as mulheres que recebiam certa quantia monetária ou fundiária compreendido como dote. Então grande parte das disputas era entre famílias com algum poder aquisitivo. Também verificamos que existiam filhos que sobrepujavam o poder dos pais ao se casarem sem sua autorização. O mais interessante nos estudos do *pater familias* é amostra do poder dos filhos ao lutarem contra a maré ao escolherem com quem queriam se casar, como grande exemplo tem a obra de Shakespeare - Romeu e Julieta, que ao se casarem sem a autorização dos pais e levados pelo amor, se entregam a morte, antes ela a viver longe um do outro.

Utilizando novamente Lebrun (1996), que trabalha com o tema do casamento, no qual verificamos a luta da Igreja, do Estado, dos pais e dos próprios cônjuges na hora de escolher quem casar. Verificamos que indivíduos se casavam às escuras, sendo descoberto somente anos depois, iniciando assim a “*via crucis*” dos pais para anular o casamento. Assim voltamos ao direito canônico onde a Igreja Católica defende que um casamento é o único sacramento feito apenas pelos cônjuges e não feito pelo sacerdote, legitimado no Concílio de Trento. Este tema é tão rico que foi utilizado diversas vezes pela literatura como O Conde de Monte Cristo de Alexandre Dumas.

Contudo temos ainda o modelo de família baseado na ótica das famílias coloniais, mais específico trabalhado por Gilberto Freyre (2008) em que focaliza a família em dois grupos distintos, a família do eixo Norte e do eixo Sul. Esta aponta a sinhazinha e aquela a bandeirante. No campo da escravidão observamos um problema, os limites do pátrio poder, pois a Igreja Católica defende que o casamento é algo indissolúvel, que o homem possui mais direito que a mulher no casamento, entretanto como fica a situação quando se trata de

escravos? O Senhor possui o pátrio poder ou o marido da escrava? A Igreja resolve esta solução através da impureza racial existente.

Já o modelo de família moderna a mulher deixa de ser sinhazinha/bandeirante e se torna a “nova mulher” passando sua posição de obediência ou de administradora como outrora para educadora, ou seja, sua missão então passaria a ser a de educar os filhos bem como, ela mesma sendo também educada simplesmente para este único fim.

No que tange a legislação civil em relação ao casamento surgiu uma enorme queda de braço entre a Igreja Católica e a aliança entre as Igrejas Reformadas e o Estado. Tudo porque quem detinha o poder de legitimar um casamento era a Igreja por ter a posse dos registros, algo no qual só foi para o Estado com a Revolução Francesa e no Brasil com a República através do fim do Padroado. Isso mostra a fragilidade que tinha as famílias de religião reformada por não serem amparadas na hora da repartição da herança ou dos direitos do casal. Começamos novamente com o *pater familias*, o direito civil e os pais se gladiaram para escolher qual a idade propícia a um casamento. Tudo porque para a família um homem era uma força de trabalho preciosa e ao se casarem formarão outra família deixando a antiga com problemas, já com as mulheres era interessante casar cedo para receber o dote o quanto antes e o mesmo vale para a família do noivo da filha. Também era interessante a filha casar o mais rápido possível para que a família pudesse se “desfazer” de mais uma “boca”.

Tivemos também atividades do Estado, embora poucas, em defender a família, em especial no caso dos recém-nascidos, como a criminalização do infanticídio e a obrigação dos Senhores Feudais em cuidar dos órfãos em seus domínios.

O que verificamos nestes pontos é que os jogos de disputa entre as Igrejas (Católica e Reformada) e o Estado em relação às Famílias, foi um reflexo de toda política da época, em se tratando de domínio do particular que vai se expandindo para o público, em um mundo onde está fronteira é extremamente frágil.

4- Modernidade e as Famílias: Portugal e Brasil

A Modernidade pode ser considerada como uma negação as ideias antiquadas enxugando a conduta social do homem novecentos, em especial no que tange a escravidão. Vale lembrar que a população era estigmatizada com a miscigenação e englobar este novo povo a um conceito de atitudes sociais com herança cultural bastante diversificada foi um processo doloroso e excludente como a formação de uma cidadania a ex-escravos e indígenas ou no que tange a política pública na área educacional e de assistência social. No que se refere e o pátrio poder, este se desvincula de seus antigos pares e agora se aproxima da organização Estatal (1974).

A ideia de família burguesa e assim iluminista, não é de origem burguesa. Este modelo foi um processo de justaposição com o modelo tomista escolástico, ou seja, a

sagrada família (José, Maria e Jesus) como base para todas as famílias. Verificamos assim o poder que a Igreja Católica obteve no desenrolar da História das Ideias (Burguière).

O primeiro passo na circulação de ideias foi ao meio público. Com características positivistas, com conduta de direito posto através de causas biológicas, qualquer forma de não seguimento da nova regra era considerada um desarranjo cultural e assim político-social. Ou seja, a ordem disciplinar vai a fundo ao indivíduo a fim de transformá-lo, obrigando-o a interiorizar seus sentimentos dominando completamente e ao mesmo tempo, criando uma domesticação do Homem através da alma. (ELIAS, 1993).

No caso da pedagogia, sua função foi regulamentar a família aos moldes de uma burguesia iluminista pondo assim uma família regular, nucleada no lugar da família ampliada. O papel das professoras (e também das mulheres) brasileiras seria interagir com o catolicismo, ou seja, com a apropriação cultural do iluminismo (lembrando a herança justaposta com o modelo tomista escolástico e pelo Antigo Regime) sua função então seria a de cuidar das crianças como se fosse sua mãe e bem como dos idosos (A perfeita casada), assegurando neste sentido a manutenção da proposta positivista, “Ordem e Progresso”. (FILHO, 2007).

A circulação das ideias iluministas no mundo Ibérico foi baseada no romantismo, conservadorismo e liberalismo, mas na realidade o que vemos, é a manutenção do conservadorismo empreendido pela oligarquia agrária, principalmente do Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Conservador (PRC), e que através de alianças e do domínio estratégico de setores públicos, a exclusão de alguns setores da sociedade foi amplamente difundida. As alianças feitas entre a elite agrária deram-se com a Igreja e militares, assim aos cuidados da Igreja ficou o Assistencialismo e Educação e os Militares com a manutenção do projeto republicano baseado no jacobinismo.⁵

Em se tratando de assistencialismo e educação a Igreja obteve grande influência em terra brasiliis. O assistencialismo positivista/religioso, fundamentado no modelo de “ajuda” das moças boazinhas, somente as “novas mulheres” deveriam apresentar sua condição de religiosa e ajudar as famílias necessitadas. Assim, surgem neste campo entidades filantrópicas como as “Damas da Caridade”, um grupo ligado a Igreja Católica liderado por freiras e voluntárias (sempre as Novas Mulheres) para fins de prover cuidados aos desajustados e necessitados. (HONORATO, 1998).

5- Considerações Finais

O valor desta análise se baseia na compreensão das relações dos laços familiares e a partir deste ponto entender como as relações políticas brasileiras ainda estão carregadas de atributos clientelares e familiares.

⁵ Defendiam a república baseada no liberalismo político e a completa laicização.

Como o próprio Oliveira Vianna (1974) indica, a sociedade brasileira trabalhou e se expandiu mediante ao crescimento ou decréscimo de determinados grupos detentores de laços familiares extensivos, não laços com membros do mesmo sangue e sim membros que necessitam de alguma forma de proteção para sua sobrevivência, para isso oferece diversas moedas de troca, podendo ser trabalho, voto, filhos (futuros votantes e mão de obra barata, etc.). Daí o surgimento de práticas do Coronelismo que se deu durante a República Velha.

Sem esquecer que Coronelismo é uma prática política pertencente ao passado, entretanto seu veículo de sobrevivência ainda hoje, se encontra em pleno vapor dentro da sociedade brasileira como os laços parentais e clientelares.

Tal consideração nos faz pensar da frágil situação dos eleitores perante a organização política brasileira, ou seja, através de conceitos apresentados por Linda Lewin (LEWIN, 1993.) quanto mais frágil for os eleitores, maior será sua dependência à elite política. Ou seja, quanto menor for o poder do Estado; através das Instituições, como a Educação, Saúde, Justiça, Infraestrutura, etc.; maior será a ascensão do poder local em detrimento da sociedade local em si.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. "O campo científico", In: Pierre Bourdieu, Renato Ortiz (org), São Paulo: ática, 1994.

BURGUIÈRE, André & LEBRUN, François. "As mil e uma famílias da Europa". IN: História da Família. ORG: André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zanabend. Editora Terramar. 1996.

_____. "O sacerdote, o príncipe e a família". IN: História da Família. ORG: André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zanabend. Editora Terramar. 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Natureza Humana e História: um divisor de águas. LiberIntellectus. Vol I. nº 1. 2007. pp. 2-24.

CASTRO, Hebe. "História Social". IN: Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2007.

CHARTIER, Roger. The World as representation (1989), In J. Revel e L. Hunt (ORG). Histories: French constructions of the past. Traduzido por Arthur Goldhammer, The New Press, Nova York, 1995

DARTON, Robert. O Grande Massacre dos Gatos: E outros episódios da história social francesa. 2ª edição. GRAAL Editora. São Paulo. SP. 1988

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar Editora. 1993.

FALCON, Francisco J. Calazans. "Historicismo": a atualidade de uma questão aparentemente inatual. In: Tempo, Rio de Janeiro, Vol.4, 1997, p.5-26.

_____. "História e Poder". IN: Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2007.

FILHO, Gisálio Cerqueira e Neder, Gizlene. Idéias Jurídicas e autoridade na família. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.

_____. Os Filhos da Lei. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 113-125, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global Editora. 51ª edição. São Paulo. SP. 2008.

JUNIOR, Hilário Franco. Idade Média: O nascimento do Ocidente. Editora Brasiliense. 2ª edição. 5ª impressão. São Paulo. SP. 2006.

HONORATO, Cezar. O Estado Novo e a Assistência Social. IN. História e Cidadania (ORG) LIMA, Ismenia de. São Paulo. SP. ANPUH/Humanitas. Vol. 2. 1998.

LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar. Editora Record. Rio de Janeiro. RJ. 1993. Rio de Janeiro. RJ. 1993.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. IN A Escrita da História: Novas Perspectivas. (ORG)

BURKE, Peter. São Paulo. SP. Editora UNESP. 1992.

OLIVEIRA VIANNA. Instituições Políticas Brasileiras. Vol. I. Record Cultural. Rio de Janeiro. RJ. 3ª Edição. 1974.

_____. Instituições Políticas Brasileiras. Vol. II. Record Cultural. Rio de Janeiro. RJ. 3ª Edição. 1974.